UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIRIO

CONCURSO PÚBLICO

PROVIMENTO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

EM EDUCAÇÃO

# TÉCNICO EM SEGURANÇA

# DO TRABALHO

2014

**1)** Quanto ao tratamento dispensado aos chuveiros e lava-olhos instalados em local de manuseio de produtos químicos, conforme disposto na NR32, o procedimento adequado é o acionamento e a higienização no seguinte período de tempo:

a) quinzenalmente.
b) semanalmente.
c) mensalmente.
d) toda vez que for utilizado.
e) nos treinamentos periódicos das equipes que manipulam produtos químicos.

**2)** Em situações de emergência, a NR10 determina a definição de medidas de segurança. A medida **CORRETA**, de acordo com a NR 10, é a seguinte:

a) Deve haver um responsável técnico para a definição destas medidas e sua execução.
b) As medidas de emergência definidas para serviços com risco elétrico devem constar do Prontuário de Instalações Elétricas (PIE), quando a instalação não for integrante do SEP.
c) As medidas de emergência definidas para os serviços com risco elétrico devem constar do plano de emergência quando a instalação for integrante de áreas classificadas.
d) As medidas de controle de emergência para ações em situações com risco devem ser definidos por profissionais que atendam às determinações da NR 4 e serem executados mediante análise estatísticas de eventos na instalação.
e) As ações de emergência que envolvam as instalações ou os serviços com eletricidade devem constar do plano de emergência da empresa.

**3)** O Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (COSCIP) do Rio de Janeiro define exigências quanto à prevenção e ao combate a incêndio. Adotando como base o COSCIP, é **CORRETO** afirmar, em relação à utilização de sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), que

a) é exigido que a instalação possua sistema de pararaios, quando o estabelecimento industrial ou comercial possuir mais de 1.000m$^2$.
b) é exigido que a instalação possua sistema de pararaios, quando o estabelecimento comercial ou industrial classificada como risco “grande”.
c) as áreas destinadas à armazenagem de líquidos inflamáveis em quantidades maiores que 2000 (dois mil) litros devem possuir sistemas de pararaios.
d) é exigido que a instalação possua sistema de pararaios para toda e qualquer edificação com mais de 30m (trinta metros) de altura.
e) as áreas destinadas à armazenagem de líquidos inflamáveis em quantidades maiores que 2000 (dois mil) litros e/ou explosivos em quantidade maior que 200 kg devem possuir sistemas de pararaios.

**4)** A distância máxima para transporte manual de um saco, conforme a NR11, é de

a) 25,00 (vinte e cinco) metros.
b) 30,00 (trinta) metros.
c) 60,00 (sessenta) metros.
d) 50,00 (cinquenta) metros.
e) 100,00 (cem) metros.

**5)** A NR32 define as condições nas quais **NÃO** pode haver manuseio ou utilização de cilindros de gases. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

a) A utilização de cilindros sem estarem pintados na cor definida na NR 26.
b) A utilização de equipamentos em que se constate vazamento de gás.
c) A utilização de cilindros que não tenham a identificação do gás e a válvula de segurança.
d) A utilização do oxigênio e do ar comprimido para fins diversos aos que se destinam.
e) A utilização de cilindros de oxigênio sem a válvula de retenção ou o dispositivo apropriado para impedir o fluxo reverso.

**6)** Conforme a NR15 e seus anexos, assinale a alternativa que **NÃO** se caracterizada como insalubridade de grau máximo por trabalho ou operações em contato permanente com

a) esgotos (galerias e tanques).
b) lixo urbano (coleta e industrialização).
c) gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico).
d) pacientes em isolamento por doenças infecto-contagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizado.
e) carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose).

**7)** Na movimentação de chapas com o uso de ventosas devem ser observados os seguintes requisitos mínimos, conforme a NR11:

a) As ventosas devem ser dotadas de válvulas de segurança, sem acesso facilitado ao operador, respeitando os aspectos ergonômicos.
b) As mangueiras e conexões devem possuir resistência máxima de 10% acima da demanda de trabalho;
c) As ventosas devem ser fixadas, evitando seu ricocheteamento, em caso de desprendimento acidental.
d) As mangueiras devem estar fixadas no trajeto, firmemente presas aos tubos de saída e de entrada e, preferencialmente, afastadas das vias de circulação.
e) A potência do compressor deve atender às necessidades de pressão das ventosas para sustentar as chapas, quando de sua movimentação.

**8)** **NÃO** é obrigatório nos vestiários dos trabalhadores que manipulam Quimioterápicos Anti neoplásicos, conforme preconiza a NR32, o uso de

a) pia e material para lavar as mãos e secá-las.
b) recipientes para descarte de vestimentas usadas.
c) Lava-olhos, o qual pode ser substituído por uma ducha tipo higiênica.
d) equipamentos de proteção individual e vestimentas para uso e reposição.
e) estrado em material não perecível nas áreas de circulação e de troca de vestuário.

**9)** O procedimento **NÃO** é obrigatório constar do Manual de Operação atualizado, em língua portuguesa de caldeiras, segundo a NR13,

a) partidas e paradas.
b) parâmetros operacionais de rotina.
c) substituição do feixe tubular.
d) situações de emergência.
e) de segurança, de saúde e de preservação do meio ambiente.

**10)** Os operadores que realizam atividades em áreas onde existam fontes de radiação ionizante são obrigados a obedecer, de acordo com a NR32, à seguinte conduta:

a) Permanecer nestas áreas durante todo o seu horário de trabalho.
b) Estar capacitado inicialmente e de forma continuada em proteção radiológica.
c) Ter conhecimento dos riscos radiológicos associados ao trabalho com radiação não ionizante.
d) Usar os EPI adequados para a minimização dos riscos apenas quando estiver junto do paciente.
e) Estar sob monitoração individual de dose de radiação ionizante, nos casos de dupla jornada de trabalho.

**11)** Quanto ao conteúdo programático do treinamento periódico de trabalho em altura, segundo a NR35, pode-se afirmar que é definido pelo(a)

a) Ministério do Trabalho e do Emprego.
b) Norma regulamentadora NR 18.
c) contratante do serviço.
d) empregador.
e) encarregado pela equipe de trabalho em altura.

**12)** A revisão do procedimento de entrada em espaço confinado (NR33) é determinado por

a) qualquer mudança na atividade desenvolvida ou na configuração do espaço confinado.
b) identificação de riscos descritos na Permissão de Entrada e Trabalho.
c) acidente, incidente ou condição previstos durante a entrada.
d) entrada autorizada num espaço confinado.
e) solicitação da engenharia ou do projeto.

**13)** Conforme a NR33, **NÃO** se enquadra como medida técnica de prevenção para trabalhos em espaço confinado a seguinte ação:

a) permitir a ventilação com oxigênio puro.
b) implementar medidas necessárias para eliminação ou controle dos riscos atmosféricos em espaços confinados.
c) manter condições atmosféricas aceitáveis na entrada e durante toda a realização dos trabalhos, monitorando, ventilando, purgando, lavando ou inertizando o espaço confinado.
d) monitorar continuamente a atmosfera nos espaços confinados nas áreas onde os trabalhadores autorizados estiverem desempenhando as suas tarefas, para verificar se as condições de acesso e de permanência são seguras.
e) prever a implantação de travas, bloqueios, alívio, lacre e etiquetagem.

**14)** Um técnico de manutenção foi chamado para reparar uma mesa cirúrgica em um estabelecimento de assistência à saúde (EAS). Como era uma situação emergencial, o técnico chegou ao local e reparou o equipamento, não sendo conhecido da equipe do centro cirúrgico e tão pouco do serviço de manutenção. O SESMT do estabelecimento, ao verificar o processo, identificou falhas, em relação às determinações da NR32. A recomendação para adequar o processo às determinações da NR32 é a seguinte:

a) Deve-se realizar prévia descontaminação do equipamento, antes de realizar qualquer serviço.
b) Exigir o certificado de treinamento no equipamento do técnico.
c) Manter um equipamento de reserva para manter o centro cirúrgico operacional.
d) Verificar se o técnico estava com os EPIs, de acordo com o PPRA da empresa.
e) Submeter antes da manutenção à inspeção prévia das ferramentas utilizadas, de acordo com as instruções dos fabricantes, com a norma técnica oficial e legislação vigentes.

**15)** Conforme definido na NR23, as medidas de combate a incêndio devem ser definidas em conformidade com a legislação estadual e normas técnicas. Desta forma, adotando como base a NBR14276:2006 da ABNT, é **CORRETO** afirmar sobre as obrigações da brigada de incêndio que esta deve

a) definir as rotas de fuga da instalação.
b) elaborar o plano de emergência contra incêndio e pânico da instalação.
c) realizar inspeções nas instalações, elaborando relatórios de não conformidade e encaminhá-los aos setores responsáveis pela tomada de ação.
d) planejar, elaborar e participar de simulados de emergências, envolvendo suas instalações e aquelas que possam ser afetadas em função do cenário que foi desenvolvido para o exercício simulado.
e) deve estar disponível para atuação em situações de emergência durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, com equipe mínima de 2 (dois) combatentes, em que um deles deve ser definido como líder e atuar no local para o controle de emergência.

**16)** O ANEXO 11 da NR15, agentes químicos, cuja insalubridade é caracterizada por limite de tolerância e de inspeção no local de trabalho, considera como atividade insalubre, de grau máximo, caso ocorra sua caracterização nas atividades expostas a

a) Amônia.
b) Anilina.
c) Acetona.
d) Ácido acético.
e) Acetato de cellosolve.

**17)** A NR10 apresenta as determinações de segurança para trabalhos em que exista risco elétrico, determinando medidas de segurança desde o projeto das instalações elétricas. Sobre as determinações de projeto expressos na NR 10, é **CORRETO** afirmar que

a) os projetos de instalações elétricas devem possuir dispositivo de desligamento de circuitos que possuam impedimento de reenergização e advertência da condição operativa.
b) o projeto de instalação elétrica deve prever que os circuitos de mesma finalidade devem ficar no mesmo espaço e que os circuitos de comunicação, sinalização, controle e tração elétrica devem ser identificados somente podem ser instalados no mesmo espaço com a identificação estabelecida por meio de procedimento específico elaborado por profissional habilitado.
c) os circuitos de comunicação e de sinalização devem ser identificados e somente podem ser instalados nas proximidades de circuitos de força, após a realização de análise de risco quanto à possibilidade de propagação de energia pelos condutores de sinal de comunicação e sinalização. Esta análise de riscos deve ter apoio do SESMT e de um profissional habilitado em conformidade com a NR10.
d) todos os equipamentos utilizados em instalações elétricas devem ser aterrados em conformidade com as normas técnicas vigentes, sendo que o projeto de instalações elétricas deve ter a participação do SESMT, quando houver. A definição dos pontos de aterramento temporário devem ser definidos pelo SESMT.
e) os projetos de instalação devem estar à disposição de todos trabalhadores, do SESMT e das autoridades competentes.

**18)** Um evento adverso ocasionou a morte de um paciente. Conforme orientações da ANVISA foi realizada uma série de levantamentos de dados para identificar as falhas e corrigir processos para aumentar a segurança dos pacientes. Em relação ao equipamento envolvido no evento adverso, o documento exigido pela NR32 é

a) a listagem dos funcionários habilitados a operar o equipamento no setor.
b) o histórico do registro de manutenções arquivado no setor.
c) os relatórios sobre exposições de emergência e de acidente.
d) os procedimentos a serem adotados em caso de emergência escritos no setor.
e) o manual de serviço fixado ao equipamento.

**19)** A NR17, Ergonomia, visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. Em relação a esta norma, é **CORRETO** afirmar que

a) não deverá ser exigido nem admitido o transporte manual de cargas, por um trabalhador cujo peso seja suscetível de comprometer sua saúde ou sua segurança por um período acima de uma hora.
b) todo trabalhador designado para o transporte manual regular de cargas, que não as leves, deve receber treinamento ou instruções satisfatórias quanto aos métodos de trabalho que deverá utilizar, com vistas a salvaguardar sua saúde e prevenir acidentes.
c) quando mulheres e trabalhadores idosos forem designados para o transporte manual de cargas, o peso máximo destas cargas deverá ser 20% inferior àquele admitido para os homens, para não comprometer a sua saúde ou a sua segurança.
d) o transporte e a descarga de materiais feitos por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, carros de mão ou qualquer outro aparelho mecânico deverão ser executados de forma que o esforço físico realizado pelo trabalhador seja incompatível com sua capacidade de força.
e) o trabalho de levantamento de material feito com ação manual deverá ser executado, de forma que o esforço físico realizado pelo trabalhador seja compatível com sua capacidade de força.

**20)** O armazenamento de explosivos possui medidas de segurança que são estabelecidas na NR 19. Sobre o local e a forma de armazenamento de materiais explosivos, é **CORRETO** afirmar que

a) os locais de armazenamento de inflamáveis deve ser construídos com materiais que não acumulem eletricidade estática e que sejam isolantes elétricos, conforme as determinações da NR 10.
b) os locais de armazenamento de materiais devem ser hermeticamente fechados para evitar a entrada de materiais reativos e impedir a entrada de fontes de ignição.
c) nos locais de administração e de inspeção devem ser disponibilizados as FISPQ (Ficha de informações de segurança de produtos químicos) e dos procedimentos internos de armazenamento e de emergência.
d) nos locais de administração e inspeção devem ser disponibilizados as FISPQ (Ficha de informações de segurança de produtos químicos) e dos procedimentos internos de armazenamento e de emergência.
e) a ocupação máxima dos locais de armazenamento de explosivos deve se limitar a 70% (sessenta por cento) da área, respeitando-se a altura máxima de empilhamento de 2,0 m (dois metros) e uma entre o teto e o topo do empilhamento.

**21)** O projeto de instalação elétrica precisa definir uma determinada condição de projeto. Contudo, as normas técnicas brasileiras são omissas sobre o assunto. O projetista deve agir para atender a padrões mínimos de execução dos serviços, em conformidade com a NR 10, da seguinte forma:

a) O profissional deve consultar alguns fabricantes de equipamentos e/ou profissionais de sua área e definir o que é melhor a se fazer, mediante as informações coletadas.
b) O profissional deve utilizar-se, apenas, de normas brasileiras. Ou seja, utilizar uma referência de um assunto similar.
c) O profissional deve executar uma análise de riscos, contendo a avaliação de todas as opções possíveis e definir aquela que considerar de menor risco, após o estudo.
d) Os trabalhos devem ser interrompidos para que o SESMT possa realizar suas considerações, e, posteriormente, com o profissional habilitado responsável pelo projeto definir uma equipe para definir a avaliação de risco de ações proposta em conjunto com o MTE e o sindicato dos trabalhadores envolvidos.
e) O profissional deve utilizar uma referência normativa internacional que aborde o assunto.

**22)** O empregador deve assegurar que os trabalhadores sejam informados das vantagens e dos efeitos colaterais, assim como dos riscos a que estarão expostos por falta ou recusa de vacinação, devendo, nestes casos, guardar documento comprobatório e mantê-lo disponível à inspeção do trabalho. No caso de um trabalhador que atua em Unidade de Tratamento Intensivo, para atendimento da NR 32, são obrigatórias as vacinas contra

a) Bk, escalariose, hanseníase e tríplice.
b) tétano, difteria, hepatite B e os estabelecidos no PCMSO.
c) tétano, febre amarela, tifo e os estabelecidos no PCMSO.
d) tétano e hepatite B e os estabelecidos no PCMSO.
e) hepatite B e C, e os estabelecidos no PCMSO.

**23)** O equipamento de ressonância magnética nuclear (RMN) apresenta risco e gera um alto campo magnético (acima de 1 Tesla) que é uma forma de radiações não ionizantes. Este equipamento é utilizado no setor de imagem (onde ficam os aparelhos de RX, tomografia, etc.). Conforme a NR32 e as normas do CNEN (quando aplicáveis), é mandatório em relação à segurança do trabalhador em RMN

a) estar sob monitoração individual, utilizando dosímetro, nos casos em que a exposição seja ocupacional.
b) permanecer nestas áreas o menor tempo possível para a realização do procedimento.
c) deve ser mantido atualizado e ser conservado por 30 (trinta) anos, após o término de sua ocupação, o prontuário clínico individual previsto pela NR-07.
d) os trabalhadores que realizam a limpeza devem ser capacitados, inicialmente, e de forma continuada.
e) utilizar o símbolo internacional de presença de radiação nos acessos controlados.

**24)** O plano de prevenção de riscos de acidentes com materiais perfurocortantes estabelece diretrizes para a elaboração e a implementação de um plano de prevenção de riscos de acidentes com materiais perfurocortantes com probabilidade de exposição a agentes biológicos, visando à proteção, à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e de assistência à saúde em geral. Conforme o Anexo III da NR32, este plano deve contemplar

a) comissão formada pela SESMT, Engenharia Clínica, Enfermagem e Gestão de riscos.
b) a avaliação a cada 6 (seis) meses, no mínimo, e sempre que se produza uma mudança nas condições de trabalho e quando a análise das situações de risco e dos acidentes assim o determinar.
c) sempre substituir o uso de agulhas e outros perfurocortantes por materiais menos agressivos e não metálicos e cortantes.
d) monitoração sistemática da exposição dos trabalhadores a agentes biológicos na utilização de materiais perfurocortantes.
e) a Comissão Gestora deve analisar as informações existentes somente no PCMSO, além das referentes aos acidentes do trabalho ocorridos com materiais perfurocortantes.

**25)** O SESMT de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), dentre suas inúmeras atribuições, deve ainda fiscalizar a segurança na execução de obras civis nas unidades de sua responsabilidade, seguindo os preceitos da NR18. Em relação a esta norma, é **INCORRETO** afirmar que

a) obras de reformas não necessitam de PCMAT.
b) o PCMAT deve contemplar as exigências contidas na NR 15 – Atividades e operações insalubres.
c) a implementação do PCMAT nos estabelecimentos é de responsabilidade do profissional que o elaborou.
d) o PCMAT deve ser elaborado por profissional legalmente qualificado em segurança do trabalho.
e) são obrigatórios a elaboração e o cumprimento do PCMAT nos estabelecimentos com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos desta NR e outros dispositivos complementares de segurança.

**26)** Conforme a NR17, nas atividades de processamento eletrônico de dados, deve-se, salvo o disposto em convenções e acordos coletivos de trabalho, observar o seguinte:

a) O empregador pode promover a avaliação dos trabalhadores envolvidos nas atividades de digitação, baseado no número individual de toques sobre o teclado, inclusive o automatizado, para efeito de remuneração e vantagens de qualquer espécie.
b) O tempo efetivo de trabalho de entrada de dados não deve exceder o limite máximo de 6 (seis) horas, sendo que, no período de tempo restante da jornada, o trabalhador poderá exercer outras atividades, observado o disposto no art. 468 da Consolidação das Leis do Trabalho, desde que não exijam movimentos repetitivos, nem esforço visual.
c) O número de toques reais exigidos pelo empregador não deve ser superior a 8.000 por hora trabalhada, sendo considerado toque real cada movimento de pressão sobre o teclado.
d) Nas atividades de entrada de dados deve haver, no mínimo, uma pausa de 5 minutos para cada 40 minutos trabalhados, não deduzidos da jornada normal de trabalho.
e) Quando do retorno ao trabalho, após qualquer tipo de afastamento igual ou superior a 15 (quinze) dias, a exigência de produção em relação ao número de toques deverá ser igual à média dos últimos 12 meses, sendo ampliada progressivamente.

**27)** A NR 12 determina medidas de segurança para que os meios de acesso a máquinas sejam seguros nos ambientes de trabalho. Sobre os acessos permanentes é **CORRETO** afirmar que

a) os locais para abastecimento, manutenção, preparação e inspeção que estão acima do solo, pelo menos 2,00 (dois) metros, devem possuir plataforma de acesso elevatória, com comando em dois pontos, sendo uma na plataforma e outra em sua base. A ação destes comandos deve ser positiva com intertravamento dos comandos de movimentação.
b) os locais de acesso para manutenção, preparação e inspeção que estão acima do solo, pelo menos 1,20 (um metro e vinte centimentos) metros devem possuir plataforma de acesso móvel com pontos de fixação temporárias, que seja capaz de suportar a carga devido aos trabalhadores e aos equipamentos, conforme indicação do plano de manutenção.
c) os meios de acesso permanentes devem ser localizados e instalados a uma distância de 50 cm (cinquenta centímetros), de modo a prevenir riscos de acidente e facilitar o seu acesso e utilização pelos trabalhadores. Na impossibilidade de manter esta distância, deve ser provida proteção para as partes perigosas.
d) a utilização de escada fixa para acesso permanente de máquinas somente será permitido quando o acesso não for possível, utilizando-se acesso a elevadores, rampas, passarelas, plataformas ou escadas de degraus.
e) os meios de acesso permanentes devem ser localizados e instalados a uma distância de 70 cm (setenta centímetros), de modo a prevenir riscos de acidente e facilitar o seu acesso e sua utilização pelos trabalhadores. Na impossibilidade de manter esta distância, deve ser provido acesso por meio de plataforma móvel.

**28)** O SESMT, ao realizar a etapa de reconhecimento qualitativa de riscos para elaboração do PPRA, encontrou os agentes umidade, calor, frio, radiações não ionizantes e ruído intermitente proveniente de atividades na serralheria da unidade. Os riscos ambientais que necessitam análise quantitativa são

a) Umidade, calor e frio.
b) Calor e ruído intermitente.
c) Umidade, frio e ruído intermitente.
d) Frio, radiações não ionizantes e ruído intermitente.
e) Umidade, calor, frio, radiações não ionizantes e ruído intermitente.

**29)** Em relação ao processo eleitoral preconizado pela NR05, CIPA, é **INCORRETO** afirmar que

a) existe a garantia de emprego para todos os inscritos até a eleição.
b) observará a guarda, pelo empregador, de todos os documentos relativos à eleição, por um período mínimo de 5 (cinco) anos, após o processo eleitoral.
c) deve ocorrer a publicação e a divulgação de edital, em locais de fácil acesso e visualização, no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, antes do término do mandato em curso.
d) havendo participação inferior a cinquenta por cento dos empregados na votação, não haverá a apuração dos votos e a comissão eleitoral deverá organizar outra votação, que ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez dias).
e) compete ao empregador convocar eleições para escolha dos representantes dos empregados na CIPA, no prazo mínimo de 55 (cinquenta e cinco) dias, antes do término do mandato em curso.

**30)** A NR20 informa dois tipos de capacitação: para os trabalhadores que adentram na área e **NÃO** mantêm contato direto com o processo ou processamento; para os trabalhadores que adentram na área e mantêm contato direto com o processo ou processamento. Os tempos máximos para treinamento em Instalação Classe II são, respectivamente,

a) 4h e 8h.
b) 8h e 48h.
c) 4h e 24h.
d) 8h e 60h.
e) 12h e 60h.

**31)** Nas instalações de classe I, conforme a NR20, a metodologia para análise de risco é denominada

a) Análise por Árvore de Falhas (AAF).
b) Análise por Árvore de Eventos (AAE).
c) Análise de Riscos e Operabilidade (HAZOP).
d) Análise de Modos e Efeitos de Falhas (FMEA/FMECA).
e) Análise Preliminar de Perigos/Riscos (APP/APR).

**32)** Movimentação de chapas com cabos de aço, cintas, correias e correntes deve ser realizada com equipamentos confiáveis, para evitar acidentes durante o manuseio. A NR11, para evitar este tipo de problema, determina que

a) correntes e cabos de aço de segunda mão podem ser utilizados.
b) o empregador deve possuir as notas fiscais de aquisição dos cabos de aço, não sendo necessário deixar cópia no estabelecimento.
c) os cabos de aço, correntes, cintas e outros meios de suspensão ou tração e suas conexões devem ser guardados em área determinada.
d) em todo equipamento deve ser indicado, em lugar visível, o nome do fabricante, o responsável técnico e a carga máxima de trabalho permitida.
e) o empregador deve manter em arquivo próprio o registro do histórico de uso dos cabos de aço, cintas, correntes e outros meios de suspensão.

**33)** A NR04, serviços especializados em segurança e medicina do trabalho, menciona as atribuições que competem ao SESMT. **NÃO** se caracteriza como atribuição do SESMT

a) Aplicar os conhecimentos de engenharia de segurança e de medicina do trabalho ao ambiente de trabalho e a todos os seus componentes, inclusive máquinas e equipamentos, de modo a reduzir e até eliminar os riscos ali existentes à saúde do trabalhador.
b) Realizar o mapa de riscos de todos os setores da unidade/estabelecimento, propondo modos de agir preventivamente após o reconhecimento dos riscos.
c) Colaborar, quando solicitado, nos projetos e na implantação de novas instalações físicas e tecnológicas da empresa.
d) Manter permanente relacionamento com a CIPA, valendo-se ao máximo de suas observações, além de apoiá-la, treiná-la e atendê-la, conforme dispõe a NR 5.
e) Promover a realização de atividades de conscientização, educação e orientação dos trabalhadores para a prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, tanto através de campanhas quanto de programas.

**34)** A NR 19 determina medidas de segurança para as operações com explosivos. O transporte de explosivo é uma destas operações regidas pela NR 19. Sobre o transporte de explosivos, é **CORRETO** afirmar que

a) os serviços de embarque e desembarque de explosivos devem ser assistidos por um fiscal da empresa fornecedora e da compradora do material.
b) o veículo de transporte de explosivos deve possuir sinais de perigo, como bandeirolas vermelhas ou tabuletas de aviso que devem ser fixados em lugares visíveis do veículo.
c) o material explosivo deve ser descarregado, preferencialmente, à noite, para evitar a incidência de raios solares.
d) os materiais explosivos no estado sólido retirados de suas embalagens tradicionais devem ser fixados, afastados das laterais dos veículos de transporte e deve ser colocada sinalização especial neste tipo de transporte.
e) o transporte de inflamáveis deve atender às determinações do código MODU da Marinha do Brasil, quando acontecer em águas juridicionais brasileiras (águas exteriores).

**35)** A NR 16 determina critérios para a percepção do adicional de periculosidade para determinadas atividades. Uma destas atividades é o trabalho com inflamáveis. Sobre o adicional de periculosidade, devido a trabalhos com inflamáveis, é **CORRETO** afirmar que

a) nas operações de desgaseificação, decantação e reparos de vasilhames não desgaseificados ou decantados todos os profissionais envolvidos na atividade recebem adicional de periculosidade.
b) as operações de transporte de inflamáveis líquidos, em qualquer tipo de vasilhames e a granel, são consideradas em condições de periculosidade, exceto para o transporte de quantidades menores que 250 (duzentos e cinquenta) litros.
c) as operações de transporte de inflamáveis líquidos, em qualquer tipo de vasilhames e a granel, são consideradas em condições de periculosidade, exceto para o transporte de quantidades menores que 100 (cem) litros.
d) no transporte de inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos em caminhão-tanque, todos os profissionais envolvidos na atividade recebem adicional de periculosidade.
e) nas operações em postos de serviço e bombas de abastecimento de inflamáveis líquidos, todos os profissionais envolvidos na atividade recebem adicional de periculosidade.

**36)** O Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (COSCIP) do Rio de Janeiro define exigências quanto à prevenção e ao combate a incêndio. Adotando como base o COSCIP, é **CORRETO** afirmar em relação às edificações escolares

a) com até 3 (três) pavimentos e área total construída até 1900m$^2$ (mil e novecentos metros quadrados) é isenta de Dispositivos Preventivos Fixos Contra Incêndio.
b) com 4 (quatro) ou mais pavimentos, com altura que não exceda 30m (trinta metros) do nível do logradouro público ou da via interior, será exigida Canalização Preventiva Contra Incêndio, portas corta-fogo leves e metálicas e escadas.
c) com elevadores (serviço ou social), independente do número de pavimentos, o elevador deve ser dotado de porta no elevador e no acesso ao vão do poço.
d) cuja altura exceda a 20m (vinte metros) do nível do logradouro público ou da via interior, será exigida Canalização Preventiva Contra Incêndio.
e) cuja altura exceda a 20m (vinte metros) do nível do logradouro público ou da via interior, serão exigidos Canalização Preventiva Contra Incêndio e sistema de detecção de fumaça.

**37)** A NR 21 determina a aplicação de medidas de segurança no trabalho a céu aberto. A afirmação **CORRETA** em relação às determinações da NR 21 é a seguinte:

a) Os poços de fornecimento de água devem ser protegidos contra contaminação.
b) As moradias oferecidas aos trabalhadores devem dispor de ventilação mecânica forçada, iluminação em conformidade com NBR ISO 8995-1:2013 e as paredes devem ser impermeáveis.
c) Toda moradia deve ser constituída, no mínimo, de 2 dormitórios, uma cozinha e um compartimento sanitário que obedeça às determinações da NR 18, devido a seu caráter provisório.
d) As fossas negras devem ser construídas a uma distância mínima de 20 (vinte) metros de distância do poço e a 15 (quinze) metros de distância da casa em lugar sem risco de alagamento.
e) A moradia deve possuir portas, janelas e frestas de fácil abertura e fechamento e dispostas de forma a facilitar a circulação de ar no interior da moradia.

**38)** As atividades relacionadas à utilização de ferramental em atividades com características da atividade rural devem atender às determinações da NR 31. Em relação à utilização segura de ferramentas, em conformidade com a NR 31, é **CORRETO** afirmar que

a) a utilização de ferramentas de corte somente pode ser executa por profissional qualificado e identificado por meio de crachá, indicando a abrangência de sua qualificação.
b) os cabos das ferramentas devem ter boa aderência, em qualquer situação de manuseio, possuir formato que favoreça à adaptação à mão do trabalhador e serem fixados de forma a não se soltar, acidentalmente, da lâmina.
c) as ferramentas devem ser submetidas à inspeção e à manutenção, de acordo com as normas técnicas oficiais vigentes.
d) não é permitida a presença de pessoas nas proximidades do local onde se utiliza ferramenta de corte motorizada, como, por exemplo, roçadeiras.
e) as ferramentas de corte motorizadas somente podem ser executadas por profissional qualificado e identificado por meio de crachá, indicando a abrangência de sua autorização.

**39)** A NR 6 aborda especificamente sobre os EPIs e permite a utilização de EPIs importados no Brasil. Para que isso seja possível, o produto importado deve atender, para ser utilizado em território nacional, a seguinte exigência:

a) O importador deve cadastrar um representante no INMETRO para avaliar as características construtivas do EPI e verificar sua adequação.
b) O importador deve recolher amostras no mercado para verificar as condições de adaptação dos seus equipamentos às condições de utilização em território nacional.
c) O EPI somente poderá ser comercializado com a indicação do Certificado de Aprovação - CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.
d) O CA de um equipamento importado deve ser renovado a cada 3 (três) anos, no máximo. Este intervalo de tempo pode ser reduzido por critérios do MTE.
e) O fabricante deve informar qualquer alteração nas características do EPI.

**40)** O PCMSO é um programa que é definido na NR 7. Em conformidade com a NR 7, é CORRETO afirmar em relação ao PCMSO que

a) o PCMSO deverá obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas serem objetos de relatório anual.
b) o planejamento do PCMSO possui foco nos resultados dos exames médicos periódicos e nos resultados das CATs emitidas pela empresa, de forma a adotar medidas preventivas, com objetivo de reduzir ou eliminar a gravidade dos eventos.
c) os dados obtidos nos exames médicos, incluindo avaliação clínica e exames complementares, as conclusões e as medidas aplicadas deverão ser registrados no PCMSO do período seguinte para validar o planejamento a ser elaborado em função destes resultados.
d) as empresas em que não há médico coordenador é de responsabilidade da CIPA ou designado de elaborar o relatório anual, para atender a NR 7.
e) uma das vias do ASO deve ser armazenada no PCMSO e deve estar à disposição dos supervisores para possibilitar a avaliação da possibilidade de trabalho em altura e espaço confinados.

**Demarcação das Terras Indígenas**

O Instituto Socioambiental (ISA) vem alertando para a lentidão na demarcação das terras indígenas e para o baixo grau de efetividade nos processos de consulta aos grupos cujas terras estão sujeitas ao impacto de grandes obras públicas.

Nos governos eleitos sob a égide da Constituição de 1988, foram identificados e demarcados cerca de dois terços das terras indígenas. Grandes batalhas foram travadas e o reconhecimento das terras avançou de forma desigual.

Hoje, a maior parte dos conflitos está no Sul, Sudeste, Nordeste e em Mato Grosso do Sul, na metade não amazônica do país, onde vivem 40% da população indígena em 1,5% da extensão total das terras dos índios. Nessa metade se concentrou o processo de colonização e é onde estão 85% da população brasileira. A aplicação do artigo 231 da Constituição resultaria no reconhecimento de terras indígenas em extensão suficiente para garantir a reprodução física e cultural de seus ocupantes. Já há e ainda haverá situações em que sua aplicação não será suficiente para prover terras em extensão mínima que garanta a sobrevivência e a reprodução cultural de grupos específicos. Não faz sentido desprover de direitos as pessoas que dispõem de títulos legítimos e às quais não se pode atribuir responsabilidades por políticas impostas aos índios no passado pela União ou pelos estados.

Assim como na Amazônia, também é maior a extensão das propriedades, dos assentamentos, das unidades de conservação ou de áreas destinadas à defesa nacional.

No resto do país, diante do denso processo de ocupação econômica e demográfica, o reconhecimento de terras indígenas enfrentou mais dificuldades, assim como tende a afetar mais pessoas e interesses econômicos. Pior ficou a situação de povos, como os Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul, que permaneceram invisíveis ao Estado brasileiro por longo tempo, sendo que hoje se sabe tratar-se da mais populosa etnia no Brasil, mas que não dispõe de terras nem sequer na dimensão destinada aos assentados da reforma agrária.

Há equívoco quando é advogada a revisão pela Embrapa dos laudos antropológicos que embasam as demarcações. O critério de "produtividade", evocado para excluir áreas com potencial produtivo dos limites das terras a serem demarcados, além de inconstitucional e discriminatório, deixaria a Embrapa na situação de ter que responder, judicialmente, por prejuízos causados aos índios.

Pior ainda é a iniciativa da bancada ruralista, que pretende emendar a Constituição para exigir a homologação das terras pelo Congresso, que tem exercido com dificuldade a sua função legislativa e não teria como produzir juízo técnico sobre a destinação de terras, tarefa típica do Executivo. O resultado seria a paralisação das demarcações e a transferência das decisões para o Congresso.

Nos casos em que a aplicação do artigo 231 forem insuficientes, como é o caso dos Guarani-Kayowá, uma solução justa e legal é a desapropriação de áreas, indenizando-se os proprietários pelo valor das terras, o que poderá representar um custo menor do que suportar processos conflitivos, com recurso à violência ou à justiça e com resultados menos efetivos para todos.

Não é preciso burocratizar o procedimento administrativo para a demarcação, que já foi juridicamente saneado em 1996. É preciso dotar a Funai de instrumentos para desapropriar e indenizar com presteza com títulos de efetivo valor (como os títulos da dívida agrária), para enfrentar situações específicas que geram conflitos e perpetuam injustiças.

O bater de cabeças entre ministros e parlamentares não resolve a questão. Cabe ao ministro da Justiça a responsabilidade de retomar o processo demarcatório, provendo os instrumentos para que a União conclua, de forma ágil e justa, o resgate de direitos que se espera há 25 anos.

Márcio Santilli. O Globo Amanhã. P.29 28-05-2013. ( Adaptado)

**41)** O uso de aspas no sintagma critério de "produtividade", 6º parágrafo, denota quanto à intenção comunicativa do enunciador,

a) fixação repetitiva.
b) associação enfática.
c) posicionamento crítico.
d) marca de coloquialidade.
e) relativização do ponto de vista.

**42)** No 2º parágrafo, a expressão "Já há e ainda haverá..." implica, semanticamente, em

a) pressuposição.
b) experienciação.
c) atribuição persuasiva.
d) certeza do enunciador.
e) simplificação factual.

**43)** O trecho do 5º parágrafo "Pior ficou a situação de povos, como os Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, que permaneceram invisíveis ao Estado brasileiro, por longo tempo, sendo que hoje se sabe tratar-se da mais populosa etnia no Brasil, mas não dispõe de terras, nem sequer na dimensão destinada aos assentados da reforma agrária." é longo, apresentando repetição do conectivo que, desnecessária para sua estruturação. A reescrita mais adequada, sem alteração de sentidos, é a seguinte:

a) Pior ficou a situação de povos como os Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, cuja invisibilidade permanece ao Estado brasileiro, ainda por longo tempo, mesmo sabendo tratar-se da mais populosa etnia no Brasil, todavia indispondo de terras, em sequer na dimensão destinada aos assentados da reforma agrária.
b) Pior ficou a situação de povos como os Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, para os quais permaneceram invisíveis ao Estado brasileiro, por longo tempo, como hoje se sabe tratar-se da mais populosa etnia do Brasil, na qual não dispõe de terras nem sequer na dimensão destinada aos assentados da reforma agrária.
c) Pior ficou a situação de povos como os Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, os quais permaneceram invisíveis ao Estado brasileiro, por longo tempo. Hoje, trata-se da mais populosa etnia no Brasil, cuja disposição de terras nem sequer na dimensão destinada aos assentamentos da reforma agrária.
d) Pior ficou a situação de povos como os Guarani-Kaiowá, do Mato Grasso do Sul, permanentemente invisíveis ao Estado brasileiro por longo tempo, sendo que hoje se sabe tratar-se da mais populosa etnia no Brasil. Entretanto, não dispõe de terras, nem sequer na dimensão destinada aos assentados da reforma agrária.
e) Pior ficou a situação de povos como os Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, caso permaneçam invisíveis ao Estado brasileiro, por longo tempo, tratando-se da mais populosa etnia no Brasil, porém que não dispõe de terras nem sequer na dimensão destinada aos assentados da reforma agrária.

**44)** A finalidade do 1º parágrafo é contextualizar o leitor acerca da

a) função do Instituto Socioambiental sobre a questão da demarcação de terras.
b) lentidão na demarcação das terras a pedido da Embrapa ao Instituto Socioambiental.
c) transferência da responsabilidade governamental ao Instituto Socioambiental.
d) preocupação dos sujeitos indígenas sobre a problemática das terras caracterizada pelo Instituto Socioambiental.
e) responsabilidade das obras públicas frente às necessidades de diferentes grupos de assentamento de terras.

**45)** No 2º parágrafo, há um uso da língua que não atende ao exigido pela norma culta, embora aceito como uso informal. Este uso está identificado em

a) "(...) avançou de forma desigual."
b) "cerca de dois terços das terras indígenas."
c) "Nos governos eleitos sob a égide da Constituição de 1988, (...)"
d) "Grandes batalhas foram travadas e o reconhecimento das terras (...)"
e) "garanta a sobrevivência e a reprodução cultural de grupos específicos (...)"

**46)** O trecho em que o ponto de vista do enunciador acerca do tema central do texto está apresentado é

a) ” (...) vem alertando para a lentidão na demarcação das terras indígenas (...)” (1º.§)
b) “ (...) não faz sentido desprover de direitos as pessoas que dispõem de títulos legítimos e às quais (...)” (3º. §).
c) “ Hoje, a maior parte dos conflitos está no Sul, Sudeste, Nordeste e em Mato Grosso dos Sul, na metade da Amazônia do país, (...)” (3º.§)
d) “(...) também é maior a extensão das propriedades, dos assentamentos, das unidades de conservação ou de áreas destinadas à defesa nacional. “(4º.§)
e) “ Nos casos em que aplicação do artigo 231 forem insuficientes, como é o caso dos Guarani- Kayoná (...) “ (8º.§)

**47)** Na organização do texto, o enunciador utiliza recursos para enfatizar as ideias expressas. Do ponto de vista semântico, há gradação das ideias entre

a) o 2º. e o 4º. parágrafos, ao comparar a extensão de propriedades e áreas destinadas a que denominam “defesa nacional”.
b) o 1º. e o 2º. parágrafos, ao intensificar o alerta feito pelo Instituto Socioambiental.
c) o 3º. e 5º. parágrafos, ao descrever as situações de “conflitos” nos diferentes Estados brasileiros.
d) o 5º. e 7º. parágrafos, ao apresentar, de forma discursiva, as situações a que denomina “Pior”.
e) o 8º. e o 9º. parágrafos, ao se referir à insuficiência de aplicação do artigo 231, apontando uma solução para o problema.

**48)** No trecho, “ (...) às quais não se pode atribuir responsabilidade”, (3º. parágrafo), o uso do acento indicativo de crase está justificado devido à

a) relação nominal entre títulos legítimos e políticas impostas.
b) exigência do sintagma nominal responsabilidade.
c) subordinação do relativo “quais” e a preposição por.
d) regência do verbo atribuir.
e) expressão “desprover de direitos as pessoas”.

**49)** O emprego do futuro do pretérito em “seria”, 7º. parágrafo, aponta para o fato

a) permanente, dogmático.
b) simultâneo, hipotético.
c) limitado, pontual.
d) restritivo, asseverativo.
e) não realizado, categórico.

**50)** O trecho em que o enunciador evidencia caráter sugestivo sobre o tema desenvolvido é

a) “É preciso dotar a Funai de instrumentos para desapropriar e indenizar com presteza com títulos (...) “ (9º. §).
b) “A aplicação do artigo 231 da Constituição resultaria no reconhecimento de terras indígenas (...)“ (3º. §).
c) “Assim como na Amazônia, também é maior a extensão das propriedades, dos assentamentos, das unidades de conservação (...) “ (4º. §).
d) “O critério de “produtividade”, evocado para excluir áreas com potencial produtivo dos limites (...)” (6º. §).
e) “Cabe ao Ministro da Justiça a responsabilidade de retomar o processo demarcatório, (...)” (10º. §).

**51)** A estratégia argumentativa utilizada no terceiro parágrafo se sustenta, além da introdução de dados estatísticos, pela presença de

a) analogia.
b) comparação.
c) contradição.
d) exemplo histórico.
e) argumento de autoridade.

**52)** A palavra "públicas" recebe acentuação pela mesma razão de

a) agrária / ágil.
b) invisíveis / há.
c) juízo / técnico.
d) Amazônia / país.
e) indígenas / demográficas.

**53)** No trecho, "(como os títulos da dívida agrária)", nono parágrafo, o uso dos parênteses é justificado para

a) indicação de pausa ascendente, marcada na referência anterior.
b) delimitação de trecho citado textualmente.
c) esclarecimento à referência anterior.
d) transcrição de citação alheia para reforçar a argumentação.
e) separação de duas orações subordinadas expressas anteriormente.

**54)** O trecho cujo uso da vírgula é justificado pela mesma razão de uso desse sinal de pontuação, no 2º. parágrafo, é

a) O critério de "produtividade", evocado para excluir páreas com potencial produtivo dos limites das terras (...) (6º. §)
b) No resto do país, diante do denso processo de ocupação econômica de demográfica, o reconhecimento das terras indígenas enfrentou (...) ( 2º. §)
c) Pior ainda é a iniciativa da banca ruralista, que pretende emendar a Constituição para exigir (...) (7º.§)
d) (...) no Sul, Sudeste, Nordeste e em Mato Grosso do Sul, na metade não amazônica do país, onde vivem 40% da população indígena (...) ( 3º.§)
e) (...) também é maior a extensão das propriedades, dos assentamentos, das unidades de conservação (... ) ( 4º.§)

**55)** Em " É preciso <u>dotar</u> a Funai", a palavra sublinhada pode ser substituída, sem alteração de sentidos, por

a) indicar.
b) induzir.
c) prover.
d) obliterar.
e) gerar.

**56)** O par de palavras que apresenta oposição semântica é

a) Constituição/ Inconstitucional.
b) lento/ lentidão.
c) demarcado/ marcado.
d) produto/ produtividade.
e) judicialmente/ juridicamente.

**57)** A estrutura oracional que indica a existência de sujeito indeterminado é a seguinte:

a) "(...) sendo que hoje se sabe tratar-se da mais popular (...)" ( 5º. §)
b) "(...) foram identificados e demarcados cerca de dois terços (...)" (2º.§)
c) "Nessa metade se concentrou o processo de colonização (...)" (3º.§)
d) "(...) indenizando-se os proprietários pelo valor da terra, (...) " ( 8º.§)
e) " (...) e não teria como produzir juízo técnico sobre destinação de terras, (...)"(7º.§)

**58)** A estrutura verbal sublinhada que denota aspecto semântico de continuidade é

a) "(...) nos processos de consulta aos grupos cujas terras <u>estão</u> sujeitas ao impacto de grandes obras públicas." (1º. §)
b) "O Instituto Socioambiental (ISA) <u>vem alertando</u> para a lentidão na demarcação das terras indígenas (...) (1º. §)
c) "(...), o reconhecimento de terras indígenas enfrentou mais dificuldades, assim como <u>tende a afetar</u> mais pessoas (...) "(5º. §)
d) "(...) o que poderá representar um custo menor do que <u>suportar</u> processos conflitivos, (...) (8º. §)
e) (...) deixaria a Embrapa na situação de <u>ter que responder</u>, judicialmente, por prejuízos causados aos índios. (6º. §)

**59)** No 3º. Parágrafo, a função da linguagem predominante é a

a) emotiva, porque apresenta claramente o ponto de vista defendido.
b) poética, porque organiza as palavras conotativamente, ao descrever os indígenas.
c) referencial, porque informa com números percentuais a relação extensão de terras / população.
d) metalinguística, porque explica, por indicação numérica, os conflitos existentes no país.
e) conativa, porque visa ao convencimento do leitor sobre as garantias de reprodução cultural dos sem terras.

**60)** Considere a relação sintático-semântica na expressão "demarcação <u>das terras indígenas</u>", marcada pelo uso da preposição. A palavra em destaque que mantém a mesma relação com a palavra a que se refere é

a) Cabe ao Ministro <u>da Justiça</u> a responsabilidade (...)
b) (...) tratar-se <u>da mais populosa</u> etnia no Brasil (...)
c) (...) e é onde estão 85% <u>da população brasileira</u>.
d) (...) o reconhecimento <u>das terras</u> avançou de forma igual (...)
e) A aplicação do artigo 231 <u>da Constituição</u> resultaria(...)

**61)** Suponha que um usuário está utilizando um computador com Sistema Operacional Windows e, para liberar espaço no disco rígido (Hard Disk - HD) do computador, resolveu apagar alguns arquivos do HD da seguinte forma: selecionar o arquivo, clicar com o botão direito do mouse e, posteriormente, escolher a opção Excluir. Após terminar de apagar todos os arquivos desejados, ele percebeu que apagou por engano um arquivo muito importante. A fim de recuperá-lo, o usuário deve

a) acessar a *Cache*, selecionar o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
b) acessar o diretório onde estava o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
c) acessar a Lixeira, selecionar o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
d) o arquivo não pode ser recuperado sem a utilização de ferramentas específicas para a recuperação de arquivos.
e) desligar o computador para que este atualize o controle dos arquivos a serem recuperados.

**62)** Uma loja decide dar um prêmio aos funcionários que alcançarem vendas 50% acima da meta estipulada. Suponha uma tabela em que cada linha terá os dados de um vendedor, na coluna C terá a meta de cada vendedor (valor na moeda brasileira Real) e na coluna D, o somatório da venda de cada vendedor no período pré-estipulado (valor em Reais). Deseja-se que as palavras "Recebe Prêmio" e "Não Recebe Prêmio" sejam colocadas automaticamente na coluna E em função dos valores presentes nas colunas C e D. Como exemplo, o conteúdo da célula E2 seria

a) =SE(D2>(C2*1,5);ENTÃO ="Recebe Prêmio"; SENÃO="Não Recebe Prêmio").
b) =CASO(D2>(C2*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").
c) =CASO(D2>(C2*1,5);ENTÃO ="Recebe Prêmio"; SENÃO="Não Recebe Prêmio").
d) =SE(D2>(C2*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").
e) =CONDIÇÃO(SE(D2>(C2*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio")).

**63)** Após fazer várias buscas na internet, um profissional não salvou, como anotação em papel nem utilizando a pasta adequada do navegador de internet, os endereços dos sites interessantes que visitou. Para não precisar realizar as buscas novamente, o profissional poderá ter acesso aos sites visitados na lista presente

a) na *cache* do computador.
b) nos *cookies* armazenados localmente.
c) no diretório de *downloads* local.
d) nos favoritos do navegador utilizado.
e) no histórico de navegação do navegador utilizado.

**64)** Para proteger a rede (ou um sistema) de uma empresa, impedindo que *hackers* ou softwares mal-intencionados (como *worms*) obtenham acesso aos computadores através da rede ou da Internet, a empresa deve instalar um

a) Bloqueador de *Pop-ups.*
b) Bloqueador de *Spam.*
c) *Firewall.*
d) DNS.
e) *Phishing.*

**65)** Suponha que você está viajando a trabalho e deve encaminhar relatórios diários sobre as reuniões, em um arquivo digital, para seu chefe. Nesse caso, considere as seguintes possibilidades pelas quais você pode encaminhar diariamente os seus relatórios:

I) Salvando o arquivo na área de trabalho do seu computador.
II) Enviando mensagens eletrônicas (*e-mail*) para o chefe, anexando relatórios.
III) Utilizando um serviço de armazenamento de dados em nuvem, salvando os relatórios em uma área de dados, compartilhada entre você e o seu chefe, e enviando, em seguida, mensagens eletrônicas (*e-mail*) para seu chefe, informando o armazenamento dos relatórios.

A(s) assertivas, **VERDADEIRA**(**S**) é(são), somente

a) I e III.
b) II e III.
c) I e II.
d) I.
e) II.

**66)** A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, conforme a Lei 8.112/90, denomina-se

a) reintegração.
b) aproveitamento.
c) readaptação.
d) recondução.
e) disponibilidade.

**67)** Na reintegração de servidor e encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo. Quando o cargo público foi extinto, por decorrência no campo do avanço tecnológico, o servidor não será demitido, mas colocado

a) em aproveitamento.
b) em readaptação.
c) em recondução.
d) em disponibilidade.
e) na reserva.

**68)** No caso de deslocamento de cargo de provimento efetivo, por interesse da administração, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), denomina-se

a) ajustamento de lotação e da força de trabalho.
b) reserva renumerada.
c) reorganização de órgão ou entidade.
d) redistribuição.
e) disponibilidade ou aproveitamento.

**69)** O servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas gozará férias, proibida em qualquer hipótese à acumulação, devido às características da atividade laboral, de

a) 15 (quinze) dias consecutivos de férias em cada semestre.
b) 30 (trinta) dias consecutivos de férias no ano da atividade profissional.
c) 20 (vinte) dias consecutivos de férias em cada semestre de atividade profissional.
d) 60 (sessenta) dias consecutivos ou não de férias no ano da atividade profissional.
e) 30 (vinte) dias não consecutivos de férias em cada semestre de atividade profissional.

**70)** Constituem indenizações ao servidor, segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações,

a) as indenizações que sempre se incorporam ao vencimento para qualquer efeito.
b) gratificações e adicionais.
c) diárias, transporte, auxílio-moradia e ajuda de custo.
d) adicional de férias e noturno.
e) retribuição por exercício de função de direção e chefia.